

CONDICIONANTES LEGAIS À ACTIVIDADE PECUÁRIA

José Luís da Silva Pereira, Ph.D.

Escola Superior Agrária de Viseu

jlperreira@esav.ipv.pt

Departamento de Zootecnia, Engenharia Rural e Veterinária
Ano lectivo 2018/2019

Condicionantes ambientais legais

1. Título de utilização dos recursos hídricos (TURH)
2. Estratégia nacional para os efluentes agro-pecuários e agro-industriais (ENEAPAI)
3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)
4. Normas de gestão de efluentes pecuários
5. Normas actividade (ruminantes, suínos, aves, equídeos e coelhos)
6. Licenciamento ambiental de explorações pecuárias
7. Avaliação de impacte ambiental (AIA)
8. Programa nacional para as alterações climáticas (PNAC)
9. Tectos de emissão nacional de poluentes atmosféricos
10. Inventariação de poluentes atmosféricos

1. Título de utilização dos recursos hídricos (TURH)

Licença de captação e descarga no meio hídrico

TURH – Título de utilização dos recursos hídricos

Instituto da Água (INAG)

Administração da Região Hidrográfica (ARH)

Para instrução do processo consultar: www.arhcentro.pt

Licenciamento das utilizações dos recursos hídricos

Lei n.º 130/2012 de 22 de Junho (Lei da água)

Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de Maio e alterações sobre

prorrogação de prazos (regime de utilização dos recursos hídricos)

Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro

Normas de qualidade de descarga no meio hídrico de efluente tratado

Decreto-Lei n.º 152/1997 de 19 de Junho

Decreto-Lei n.º 236/1998 de 1 de Agosto (normas qualidade)

Portaria n.º 809/1990 de 10 de Setembro (matadouros)

2. Estratégia nacional para os efluentes agro-pecuários e agro-industriais (ENEAPAI)

http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=137

Objectivos:

Elaborar planos regionais de gestão integrada (PRGI)

Definir modelos financeiros de suporte

Implementar modelos de gestão e desenvolver sistemas de informação

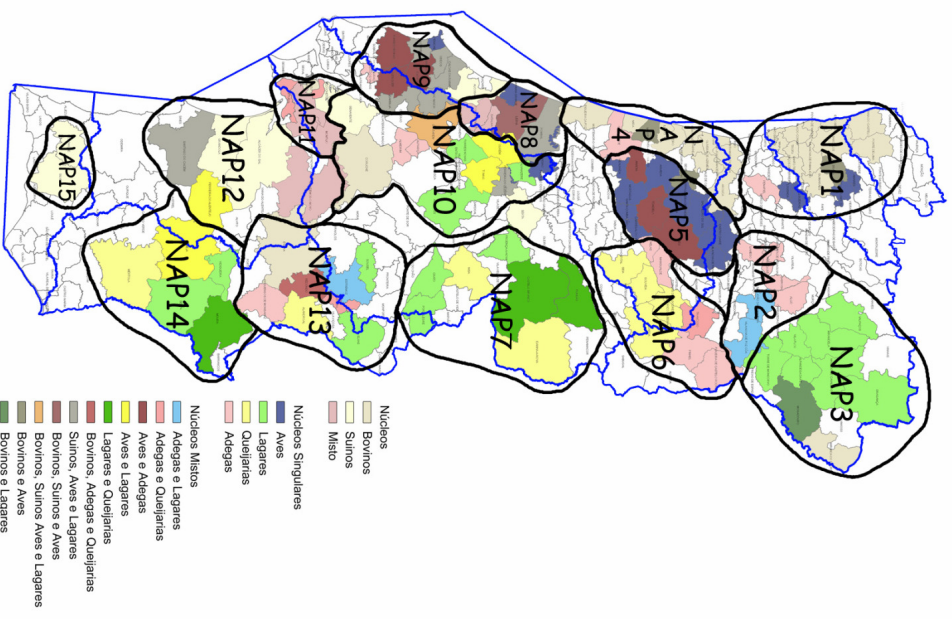
Rever e adequar o normativo legal

Elaborar manuais de boas práticas

Estrutura de Coordenação e Acompanhamento (ECA)

Objectivos: contribuição para a implementação do ENEAPAI

2. Estratégia nacional para os efluentes agro-pecuários e agro-industriais (ENEAPAI)



3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)

Legislação disponível em: <http://www.dre.pt>

Legislação anterior:

- Decreto-Lei n.º 202/2005 de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro - REAP
- Declaração de Rectificação n.º 1-A/2009 de 9 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 316/2009 de 29 de Outubro
- Decreto-Lei n.º 78/2010 de 25 de Junho
- Decreto-Lei n.º 45/2011 de 25 de Março
- Decreto-Lei n.º 107/2011 de 16 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 59/2013 de 8 de Maio

Legislação em vigor:

- Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de Junho - Novo REAP (NREAP)
- Declaração de Rectificação n.º 31/2013 de 24 de Julho
- Portaria n.º 68/2015 de 9 de Março

3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)

Consultar: <http://www.gpp.pt/RegActividade/>

Objeto e âmbito de aplicação

1 — O presente decreto-lei aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento, garantindo o respeito pelas normas de bem-estar animal, a defesa higiossanitária dos efetivos, a salvaguarda da saúde, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores pecuários.

2 — A instalação, a alteração e o exercício de uma atividade pecuária ficam sujeitos aos procedimentos e condições previstos no presente decreto-lei, sem prejuízo das normas específicas em vigor aplicáveis, nomeadamente no âmbito do bem-estar animal e controlo sanitário das espécies pecuárias consideradas.

3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)

ANEXO I

Classificação das atividades pecuárias a que se refere o artigo 3.º

Classe	Sistema Exploração	Critério	Bovinos	Ovinos/Caprinos	Equídeos	Suínos	Aves	Coelhos
1	Intensivo.....	Mais de ...	> 260 CN					
2	Intensivo.....	De... Até	15 < CN ≤ 260					
	Extensivo.....	Mais de ...	> 15 CN					
3	Todas	Até	15 CN					
Detenção Caseira		Até (N.º Aní- mais).	2	6	2	4	100	80

3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)

ANEXO II

Equivalências em cabeças normais (CN) a que se refere o artigo 4.º (1)

Espécie e tipo de animal	CN
Bovinos	
Vaca leiteira (com mais de 600 kg pv ou mais de 7.000 kg de leite/ano)	1,20
Touro ou vaca aleitante (com mais de 500 kg nv) ou vaca leiteira (menos de 7.000 kg de leite/ano)	1,00
Equinos	
Vaca aleitante — raças ligeiras (com mais de 24 meses e com menos de 500 kg pv)	0,80
Bovino de 6 a 24 meses	0,60
Bovino com menos de 6 meses	0,40
Suínos	
Bácoro (de 7 kg a 20 kg pv)	0,05
Porco em acabamento (de 20 kg a 110 kg pv)	0,15
Varrasco	0,30
Porca reprodutora (em gestação, lactação ou após desmame)	0,35
Ovinos e caprinos	
Ovino/caprino adulto (com mais de 12 meses)	0,15
Ovino/caprino adulto em produção intensiva de leite	0,20
Ovino/caprino — jovem reprodutor (de 6 a 12 meses)	0,07
Equídeos	
Carvalho adulto (mais de 24 meses ou mais de 600 kg pv)	1,00
Cavalo (de 6 a 24 meses ou com menos de 600 kg pv), Burro e Mular	0,60
Aves	
Codorniz	0,002
Frango/pintada	0,006
Galinha poedeira	0,013
Patos/Perneteira (1.ª fase)	0,02
Perneteira (2.ª e 3.ª fase)/Ganso	0,03
Avestruz	0,20
Leporídeos (coelhos e lebres)	
Coelha ou Lebre reprodutora (reprodutora em aleitamento)	0,04
Coelho ou Lebre (de recra ou acabamento)	0,009

Ficheiro Excel para conversão em CN:
<http://www.gpp.pt/ReqActividade/>

3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)

A — Actividades pecuárias da classe 1

B) Memória descritiva contemplando:

Caraterização da localização e da estrutura da propriedade onde será instalada a actividade pecuária, nomeadamente as áreas e as orientações agrícolas, bem como as referências geográficas do sistema de informação parcelar (SIP), em que se localizam as instalações pecuárias e das áreas agrícolas afectas às actividades pecuárias.

Descrição da(s) actividade(s) pecuária(s) com indicação das espécies, tipo de produção e capacidades a instalar, bem como de eventuais actividades de transformação que sejam previstas.

Indicação da previsão das produções e ou das actividades anuais;

Descrição das estratégias alimentares previstas, alimentos e ou matérias-primas a utilizar, com indicação do consumo anual e capacidade de armazenagem previstos para cada uma delas;

Caraterização dos tipos de energia a utilizar e perspectivas de consumo (mensal ou anual), evidenciando a sua utilização racional, bem como a eventual indicação dos tipos de energia produzida na instalação pecuária, se for o caso (horária, mensal ou anual);

Caraterização dos núcleos de produção previstos por espécie, sistema de exploração ou tipo de produção e respectivos planos de produção;

Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação);

Regime de laboração e indicação do número de trabalhadores por turno, se for o caso;

Descrição das instalações de carácter social, dos vestiários, banheiros, lavabos e sanitários, bem como dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho;

D) Protecção do ambiente:

Indicação da origem da água utilizada/consumida, respectivos caudais, sistemas de tratamento associados, evidenciando a sua utilização racional;

Caraterização qualitativa e quantitativa dos efluentes pecuários ou de outros efluentes das actividades pecuárias previstos, indicação dos sistemas de monitorização utilizados, dimensionamento dos sistemas de retenção e gestão previstos, medidas destinadas à sua minimização, tratamento e eliminação ou valorização agrícola própria no âmbito do Plano de Gestão de Efluentes Pecuários;

Caraterização qualitativa e quantitativa dos resíduos e subprodutos animais gerados na actividade bem como descrição das medidas internas destinadas à sua redução, valorização e eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento e de armazenamento temporário;

Descrição do sistema de gestão ambiental adequado ao tipo de actividade e riscos ambientais inerentes;

Identificação das fontes de emissão de ruído, acompanhada da caracterização qualitativa e quantitativa do ruído para o exterior e das respectivas medidas de prevenção e controlo;

E) Peças desenhadas — peças desenhadas, sem prejuízo de outras exigidas no âmbito de legislação específica:

<http://www.gpp.pt>

<http://www.drappc.min-agricultura.pt>

3. Regime de exercício da actividade pecuária (REAP)

B — Actividades enquadradas na classe 2

B) Memória descritiva contemplando:

Caraterização da localização e da estrutura da propriedade onde será instalada a actividade pecuária, nomeadamente as áreas e as orientações agrícolas, bem como as referências geográficas do sistema de informação parcelar (iSIP), em que se localizam as instalações pecuárias e das áreas agrícolas afetadas às actividades pecuárias;

Descrição da(s) actividade(s) pecuária(s) com identificação dos núcleos de produção previstos por espécie, sistema de exploração ou tipo de produção, respetivos planos de produção e as capacidades a instalar, bem como de eventuais actividades de transformação que sejam previstas;

Indicação das produções e ou dos serviços anuais previstos;

Descrição das estratégias alimentares, alimentos e ou matérias-primas a utilizar, com indicação do consumo anual e capacidade de armazenagem previstos para cada uma delas;

Caraterização dos tipos de energia a utilizar e perspetivas de consumo (mensal ou anual), bem como a eventual indicação dos tipos de energia produzida na instalação pecuária, se for o caso (mensal ou anual);

Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação, se aplicável);

Descrição das instalações de carácter social, sanitários, e outros não produtivos, quando aplicável;

D) Proteção do ambiente:

Indicação da origem da água utilizada/consumida, respetivos caudais, sistemas de tratamento associados evidenciando a sua utilização racional;

Caraterização qualitativa e quantitativa dos efluentes pecuários ou de outros efluentes das actividades pecuárias previstos, indicação dos sistemas de monitorização utilizados, dimensionamento dos sistemas de retenção e gestão previstos, medidas destinadas à sua minimização, tratamento e eliminação ou valorização agrícola própria no âmbito do Plano de Gestão de Efluentes Pecuários;

Caraterização qualitativa e quantitativa dos resíduos e subprodutos animais da actividade, bem como descrição das medidas internas destinadas à sua redução, valorização e eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento e ou de armazenamento temporário;

E) Peças desenhadas — peças desenhadas, sem prejuízo de outras exigidas no âmbito de legislação específica:

Classe 2: 18 meses para adaptação instalações (art 57º - dez-2015) e PGEF (dez-2014) Renovação de licença: A partir de 1 de Março cada ano e pagamento de taxa

4. Normas de gestão de efluentes pecuários

Portaria n.º 631/2009

Decreto-Lei n.º
103/2015

Decreto-Lei n.º
118/2006

Portaria n.º 114-A/2011
Portaria n.º 259/2012

zonas vulneráveis

Despacho n.º
1230/2018

Código de Boas
Práticas Agrícolas
(CBPA)

Manual de Fertilização
das Culturas
(2006)

<https://www.gpp.pt>
<https://www.drabc.min-agricultura.pt>

Objecto e âmbito de aplicação

1 — A presente portaria estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas técnicas a observar no âmbito do licenciamento das actividades de valorização agrícola ou de transformação dos efluentes pecuários, tendo em vista promover as condições adequadas de produção, recolha, armazenamento, transporte, valorização, transformação, tratamento e destino final.

2 — A presente portaria estabelece, ainda, as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos, nomeadamente os produtos derivados de subprodutos de origem animal transformados (SPOAT) e os fertilizantes que os contenham.

3 — Todas as actividades pecuárias referidas no artigo 1.º do regime do exercício da actividade pecuária (REAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, bem como as explorações agrícolas que utilizem efluentes pecuários ou os produtos derivados destes em valorização agrícola, devem promover a aplicação das orientações previstas no Código de Boas Práticas Agrícolas (CBPA).

4. Normas de gestão de efluentes pecuários (anexo 2 do CBPA – despacho n.º 1230/2018)

Quantidade e composição de estrumes e de chorumes não diluídos produzidos anualmente pelas principais espécies pecuárias, conforme o sistema de estabulação

Espécie pecuária	Sistema de Estabulação	Género e quantidade anual de matéria fertilizante produzida ¹		Teor em kg/m ³ (dejectos totais ou chorume não diluído) ²							
		Produto ³	Quantidade (m ³ ou t) ⁴	MS	MO	N _t	N _{org} ⁵	P ₂ O ₅	K ₂ O ⁶		
Bovinos ⁷ (por UGB) Suínos ¹⁰ (por lugar de porco de engorda)	Estabulação permanente	Com grelha	Chorume ^{1,4}	20 m ³	90	70	4,5	2,5-3,4	1,7	9,0	
		Com dreño de chorume ou plataforma para estrume ⁸	Estrume em pilhas	8 t	190	150	5,0	1,5-2,5	3,1	7,0	
		Chorume	10 m ³	75	40	5,0	3,3-4,3	1,2	12,0		
	Estabulação semi-permanente	Com camas profundas sobre toda a superfície:									
		- bovinos leite	Estrume de estábulo	18 t	220	175	5,0	2,0-3,0	2,4	12,0	
		- bovinos engorda	Estrume de estábulo	18 t	220	175	4,2	1,7-2,5	2,8	7,0	
		Com camas profundas e área de manjedoura em cimento	Estrume de estábulo	11 t	220	175	5,0	2,0-3,0	2,5	12,0	
		Chorume	8 m ³	90	70	4,5	2,5-3,4	1,7	9,0		
		Em pesebres ou em pavimento em grelhas:	Chorume	20 m ³	90	70	4,5	2,5-3,4	1,7	9,0	
		- bovinos leite	Chorume	20 m ³	90	70	3,7	2,0-2,8	2,1	5,0	
Galináceos ¹¹ (por 100 lugares de galinhas poedeiras)	- bovinos engorda	Chorume	20 m ³	90	70	3,7	2,0-2,8	2,1	5,0		
	Pavimento em grelha total ou parcial, caixas de repouso ou corredor de dejeção	Chorume	2 m ³	60	45	6,0	3,6-4,8	3,5	3,0		
	Pooçlas com camas e corredor de dejeção, estabulação semi-permanente com camas profundas e área de alimentação com chão pavimentado ou grelhas	Estrume	0,7 t	250	200	9,0	3,6-5,4	6,3	7,0		
	Chorume	1,0 m ³	60	45	6,0	3,6-4,8	3,5	3,0			
	Excrementos	4 t	250-350	200	14	7,0-9,8	11	6,0			
Equinos ¹³ (por cavalo adulto)	Pavilhão com criação no solo e pavimento em grelhas inclinadas ou com fossa para excrementos	Estrume	2 t	400-500	300	20	8,0-12,0	25	14,0		
		Estrume	2 t	550-750	440 ¹²	40	16-24 ¹²	18	14,0 ¹²		
	Criação no solo em camas profundas	Estrume de estábulo	10,5 t	220	175	5,0	2,0-3,0	2,5	12,0		
Ovinos e caprinos (por ovelha ou cabra)	Estabulação semi-permanente com camas (potro), ou boxes	Estrume em pilhas	7 t	190	150	5,0	1,5-2,5	3,1	7,0		
	Pesebres completos com camas	Chorume (urina)	3,5 m ³	60	30	6,5	4,6-5,9	0,7	18,0		
	Estabulação semi-permanente com camas, ou permanente	Estrume	2,5 t	220	180	6,5	2,2-3,3	2,5	12,0		

4. Indicadores da produção de efluentes (ciclos produtivos)

No caso da avicultura:

- (i) Explorações agro-pecuárias: Engorda de frangos/pintada 6 ciclos/ano; recria de frangos/pintada 2 ciclos/ano; poedeiras 365 dias/ano; galinhas reprodutoras 2 ciclos/ano; frango do campo 3 ciclos/ano; perús 2,8 ciclos/ano; bovinos e suínos 365 dias/ano (Garcia-Vaquero, 1987; IFAP, 2009);

4. Indicadores da produção de efluentes (líquidos)

(ii) A estimativa do caudal de efluente de avicultura foi realizada da seguinte forma: caudal de efluente de frangos e galinhas reprodutoras ($m^3/\text{lavagem}$) = $n.^{\circ}$ animais*0,00035 e caudal de efluente de perús ($m^3/\text{lavagem}$) = $n.^{\circ}$ animais*0,001. Estes valores de factor de produção de caudal de efluente são os valores médios de produção de efluente (respectivamente para frangos e perús) das restantes explorações, nos casos em foram obtidos directamente nas explorações em que existiam estes dados (recolha de dados de caudal no TURH):

(iii) O caudal de efluente de galinhas poedeiras ($m^3/\text{lavagem}$) foi determinado da seguinte forma = $n.^{\circ}$ animais*0,0005; assumindo-se que as lavagens são realizadas 365 dias por ano. Utilizou-se o factor de produção de efluente de 0,5 L por ave e lavagem, conforme recomendado no Código de Boas Práticas Agrícolas para Portugal (ver MADRP, 1997) e também utilizado num estudo similar realizado por Lemos e Antunes (1998);

(iv) frango do campo considerou-se a não existência deste produção de efluente devido ao sistema de produção em que as aves são criadas.

4. Indicadores da produção de efluentes (sólidos)

i) **Factor de produção da fracção sólida:** Este factor depende do tipo de produção em causa, já que a fracção sólida varia com o sector produtivo em causa, nomeadamente:

(i) Na avicultura, a determinação foi baseada na média de quantidade de cama dos animais nos casos de explorações em que a produção se processa com presença de cama (engorda de frangos, recria de reprodutoras e poedeiras em solo), que é de 8 kg/m^2 (Garcia-Vaquero, 1987; IFAP, 2009);

(ii) Avicultura:

(a) Frangos e galinhas: considerou-se uma densidade de 15 aves/m^2 sendo a produção da fracção sólida de 8 kg/m^2 . De acordo com o seguinte: Fracção sólida (ton) = $(\text{dimensão}/15)*8/1000$;

(b) Avicultura (perús): considerou-se uma densidade de 6 aves/m^2 sendo a produção da fracção sólida de 8 kg/m^2 . Foi determinada com base no seguinte: fracção sólida (ton) = $(\text{dimensão}/6)*8/1000$.

5. Normas da actividade pecuária (ruminantes, suínos, aves, equídeos e coelhos)

Portaria n.º 634/2009 de 9 de Junho (equídeos)

Portaria n.º 635/2009 de 9 de Junho (coelhos e lebres)

Portaria n.º 636/2009 de 9 de Junho (suínos)

Portaria n.º 637/2009 de 9 de Junho (aves)

Portaria n.º 42/2015 de 19 de Fevereiro (ruminantes)

Normas regulamentares específicas que estas actividades pecuárias devem assegurar, tendo em consideração, nomeadamente, as condições específicas a que devem obedecer as instalações para alojamento dos animais e as suas condições de funcionamento, assegurando também o cumprimento dos critérios previstos no âmbito da legislação de higiene.

6. Licenciamento ambiental de explorações pecuárias

Decreto-Lei n.º 173/2008 de 26 de Agosto (Licença ambiental, explorações PCIP) - consultar: <http://www.apambiente.pt>

Objecto

O presente decreto-lei estabelece o regime de prevenção e controlo integrados da poluição proveniente de certas actividades e o estabelecimento de medidas destinadas a evitar ou, quando tal não for possível, a reduzir as emissões dessas actividades para o ar, a água ou o solo, a prevenção

e controlo do ruído e a produção de resíduos, tendo em vista alcançar um nível elevado de protecção do ambiente no seu todo, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/61/CE, do Conselho, de 24 de Setembro, relativa à prevenção e controlo integrados da poluição, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, relativa à participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente, codificada pela Directiva n.º 2008/1/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Janeiro, relativa à prevenção e controlo integrados da poluição.

6. Licenciamento ambiental de explorações pecuárias

Âmbito de aplicação

1 — O presente decreto-lei aplica-se às instalações, tal como definidas na alínea *h)* do artigo 2.º

2 — Excluem-se do âmbito de aplicação do presente decreto-lei as instalações ou parte de instalações utilizadas exclusivamente para investigação, desenvolvimento ou experimentação de novos produtos ou processos.

Licença ambiental

1 — O início da exploração e as alterações substanciais de instalações estão sujeitos a licença ambiental, a atribuir pela APA, nos termos do presente capítulo.

2 — A licença ambiental é parte integrante da decisão emitida pela EC relativa ao início da exploração da instalação, a qual só pode ser proferida após a APA ter deferido o pedido de licença ambiental e remetido a licença ambiental à EC ou após ocorrer o deferimento tácito do pedido de licença ambiental nos termos do artigo 17.º

3 — A decisão da EC sobre o pedido de autorização de instalação pode ser proferida antes da decisão final no procedimento de licença ambiental, que é apenas condição do início da exploração da instalação.

4 — São nulas e de nenhum efeito as decisões relativas ao início da exploração da instalação proferidas em violação dos n.ºs 1 e 2.

6. Licenciamento ambiental de explorações pecuárias

6.4 — Instalações destinadas a:

a) Matadouros com uma capacidade de produção de carcaças superior a 50 t por dia;

b) Tratamento e transformação destinados ao fabrico de produtos para a alimentação humana e ou animal, a partir de:

i) Matérias-primas animais (com excepção do leite), com uma capacidade de produção de produto acabado superior a 75 t por dia;

ii) Matérias-primas vegetais com uma capacidade de produção de produto acabado superior a 300 t por dia (valor médio trimestral);

c) Tratamento e transformação de leite, sendo a quantidade de leite recebida superior a 200 t por dia (valor médio anual);

6.5 — Instalações de eliminação ou valorização de carcaças e resíduos de animais com uma capacidade de tratamento superior a 10 t por dia;

6.6 — Instalações para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, com espaço para mais de:

- a)* 40 000 aves;
- b)* 2000 porcos de produção (de mais de 30 kg);
- c)* 750 porcas reprodutoras;

7. Avaliação de impacte ambiental (AIA)

Projecto de novas unidades produtivas PCIP (Prevenção e Controlo Integrados da Poluição):
Agência Portuguesa do Ambiente (APA) <http://www.apambiente.pt>
Comissões de Coordenação do Desenvolvimento regional (CCDR)

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio
Portaria n.º 330/2001 de 2 de Abril
Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro (aplicações)
Decreto-Lei n.º 75/2015 de 11 de Maio - Título Único Ambiental (TUA)
Portaria n.º 398/2015 de 5 de Novembro
Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de Novembro
Portaria n.º 68/2015 de 9 de Março

Definição de unidades produtivas aplicáveis:

- Localização geográfica (em área sensível ou não)
- Área ocupada
- Efectivo animal (aves, suínos, bovinos, piscicultura)
- Capacidade produtiva (matéria prima processada ou produto final)

8. Programa nacional para as alterações climáticas (PNAC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006 de 23 de Agosto
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 de 30 de Julho

Agricultura		
MRG1 - Directiva PCIP (Prevenção e Controlo Integrado de Poluição), Directiva do n.º 96/61/CE do Conselho, de 24 de Setembro de 1996, na redacção conferida pela <u>Directiva</u> n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do <u>Conselho</u> , de 13 de Outubro de 2003.	Implementação da Directiva PCIP	Sem avaliação (tal como no PNAC 2004)
Floresta		
MRT1 - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (Programas no âmbito do IIIQCA)	Área de nova floresta em 2010, relativamente a 31.12.1989: 492 mil hectares. (n.º 3 do artigo 3.º do PQ)	Valor obtido com base nas metas estabelecidas nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.

8. Programa nacional para as alterações climáticas (PNAC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006 de 23 de Agosto
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 de 30 de Julho

Agricultura e Pecuária			
MAg1 - Avaliação e Promoção da Retenção de Carbono em Solo Agrícola	Adopção de actividades de Gestão agrícola e Gestão pastagens, sob o Artº3.4 do PQ	500	
MAg2 - Tratamento e valorização energética de resíduos de suinicultura	945 000 efectivos associados aos sistemas do Liz, Oeste, Algarve, Setúbal e Rio Maior.	429	Considera-se que os sistemas do Liz e Oeste entram em funcionamento (a 100%) em 2008 e os restantes em 2010 (a 50% e a 100% daí em diante)
Total Agricultura e Pecuária		929	

	Meta -2010	Potencial de Redução (Gg CO ₂ e)	Obs.
Floresta			
MAFI - Promoção da Capacidade de Sumidouro de Carbono da Floresta	Adopção de actividades de Gestão Florestal, sob o Artº3.4 do PQ	800	
Total Floresta		800	

8. Estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010 de 1 de Abril

Comissão para as Alterações Climáticas (CAC) no domínio da Agricultura
[http://www.gppp.pt/ambiente/Alterações climáticas/](http://www.gppp.pt/ambiente/AlteracoesClimaticas/)

O capítulo «Adaptar às alterações climáticas» descreve de forma sucinta as alterações verificadas nos últimos anos no clima de Portugal, identificando as tendências de mudança climática resultantes dos cenários climáticos já conhecidos;

O capítulo «Objectivos da Estratégia» apresenta os objectivos que a Estratégia pretende atingir;

O capítulo «Os Sectores estratégicos para adaptação às alterações climáticas» identifica os sectores que se considerou serem, desde já, prioritários para serem alvo de desenvolvimento de acções de adaptação às alterações climática;

O capítulo «Metodologia para identificação e aplicação de acções de adaptação» descreve a abordagem geral a seguir pelos grupos sectoriais e de coordenação;

O capítulo «Cronograma geral» descreve os principais passos da fase de aplicação da Estratégia e define os prazos para a concretização das medidas definidas na Estratégia, nos dois primeiros anos da sua aplicação, dado que a identificação e calendarização de acções subsequentes decorrerá dos resultados alcançados nesta fase inicial.

9. Tectos de emissão nacional de poluentes atmosféricos

Decreto-Lei n.º 193/2003 de 22 de Agosto
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 de 30 de Julho

Objecto e âmbito

1 — O presente diploma fixa os tectos de emissão nacionais de determinados poluentes atmosféricos, tomando como referência os anos de 2010 e 2020, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, relativa ao estabelecimento de tectos de emissão nacionais de determinados poluentes atmosféricos, adiante referida como «directiva».

2 — O presente diploma abrange as emissões de dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis (COV) e amoníaco (NH_3) que resultem da actividade humana, no território nacional e na zona económica exclusiva, à excepção do disposto no número seguinte.

3 — Não estão abrangidas pelo presente diploma:

- a) Emissões do tráfego marítimo internacional;
- b) Emissões das aeronaves, à excepção do ciclo de decolagem e aterragem;
- c) Emissões nos territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

9. Tectos de emissão nacional de poluentes atmosféricos

Decreto-Lei n.º 193/2003 de 22 de Agosto
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 de 30 de Julho
Directiva UE 2016/2284 de 14 de Dezembro

Tectos nacionais de emissão aplicáveis ao SO_2 , NO_x , COV e NH_3 , a cumprir até 2010

SO_2 Kton	NO_x Kton	COV Kton	NH_3 Kton
160	250	180	90

10. Inventariação de poluentes atmosféricos

Entidade responsável Portugal:

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

www.apambiente.pt

O inventário e as projecções de emissões são elaborados com recurso às metodologias estabelecidas pela Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, devendo ser utilizado para o efeito o guia conjunto EMEP/CORINAIR – Inventário de Emissões Atmosféricas da Agência Europeia do Ambiente.

<http://eea.europa.eu/emeep-eea-guidebook>

<https://www.jpcc.ch/>

PNIR, 2011. Portuguese National inventory report on greenhouse gases, 1990-2007. Submitted under the United Nations Framework Convention on Climate Change and the Kyoto Protocol, Portuguese National Inventory Report (PNIR), Portuguese Environmental Agency, Portugal.

<http://cdr.eionet.europa.eu/>

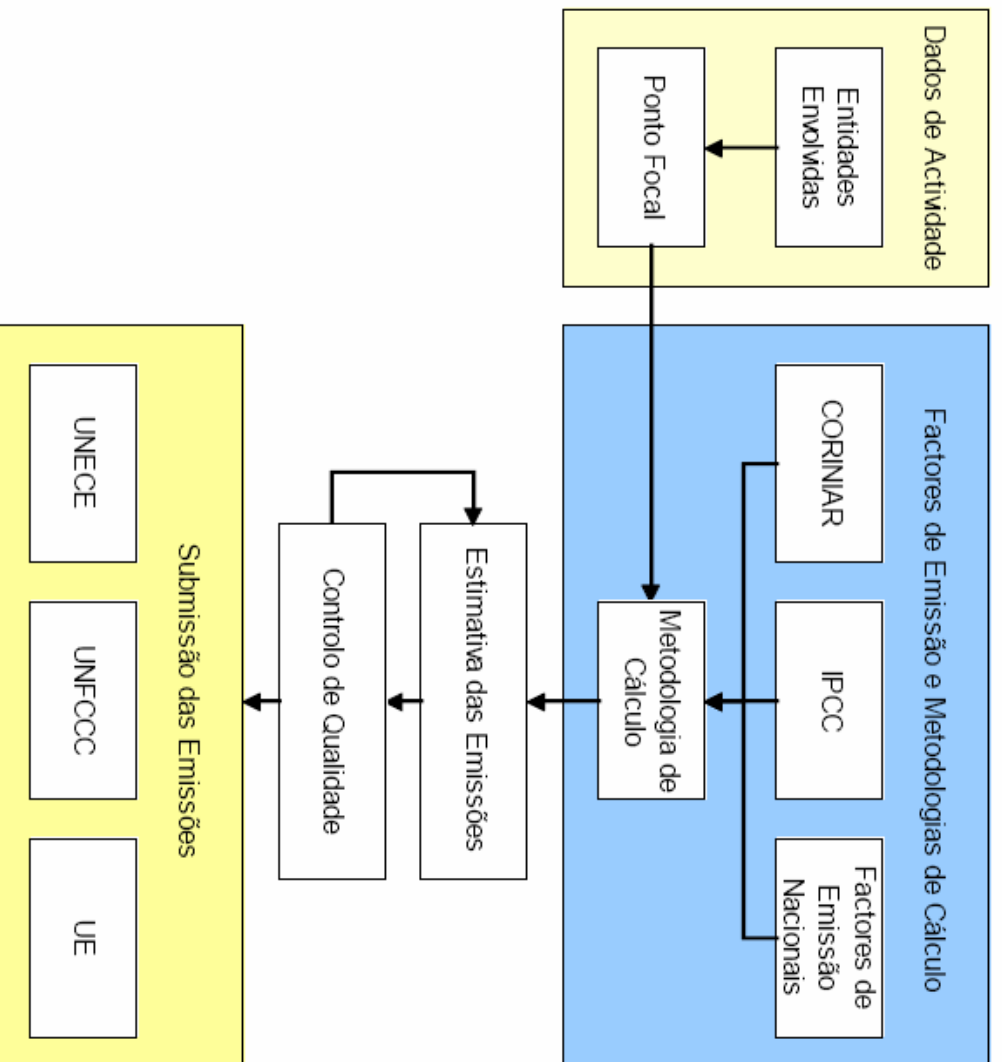
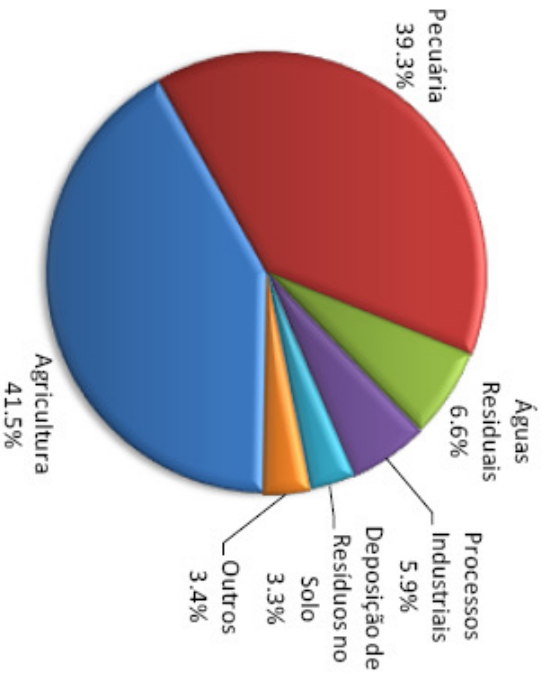
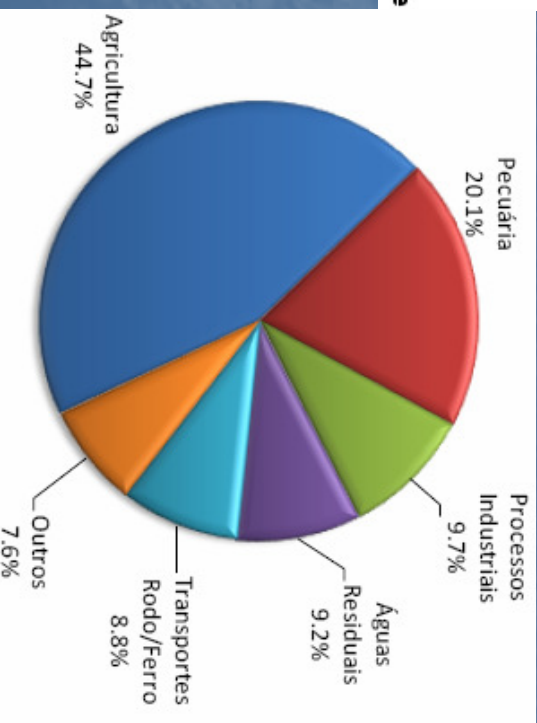


Figura 2. Processo para realização do inventário nacional

Estatísticas das fontes de emissões gasosas em Portugal

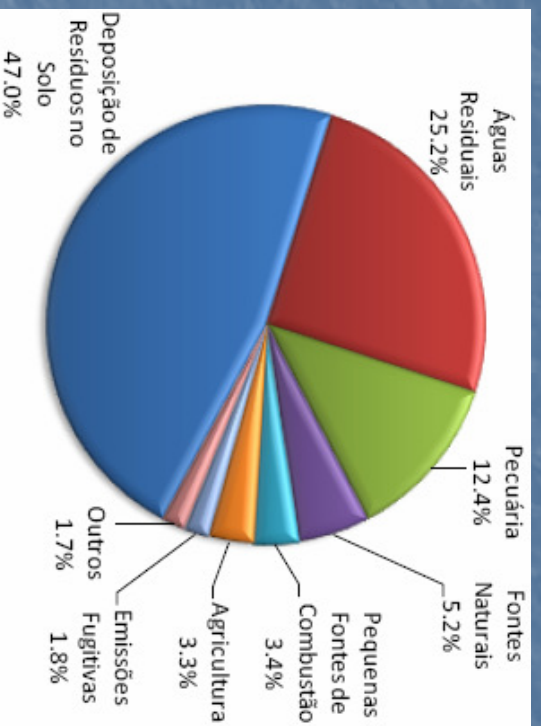


Emissões de NH_3 em 2005 segundo o sector de actividade



3. Emissões de N_2O em 2005 segundo o sector de actividade

Estatísticas das fontes de emissões gasosas em Portugal



1. Emissões de CH_4 em 2005 segundo o sector de actividade

Condicionantes de bem-estar animal

Decreto-Lei n.º 64/2000 de 22 de Abril,
Decreto-Lei n.º 155/2008 de 7 de Agosto,
Normas mínimas de protecção dos animais nas explorações
pecuárias;

Decreto-Lei n.º 48/2001 de 10 de Fevereiro,
Normas mínimas de protecção de Vítelos nas explorações pecuárias;

Decreto-Lei n.º 72-F/2003 de 14 de Abril,
Normas mínimas de protecção de Galinhas Poedeiras nas
explorações;

Decreto-Lei n.º 135/2003 de 28 de Junho,
Normas mínimas de protecção de Suínos para efeitos de criação e
engorda;

Regulamento (CE) n.º 1/2005 de 22 de Dezembro de 2004,
Protecção dos animais durante o transporte dos animais durante o
transporte e operações afins.

Condicionantes de bem-estar animal

Recursos humanos

Inspeção

Registos

Instalações, alojamentos e equipamento

Equipamento automático ou mecânico

Alimentação ou água

Mutilações

Processos de reprodução

Problemas comportamentais

Condicionantes de bem-estar animal

No caso da avicultura:

Decreto-Lei n.º 72-F/2003, de 14 de Abril;
Relativo às normas mínimas de protecção de Galinhas Poedeiras nas explorações

Âmbito de aplicação

- 1 — O presente diploma estabelece as normas mínimas de protecção das galinhas poedeiras, sem prejuízo das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de Abril, bem como as normas relativas ao registo de estabelecimentos de criação daquela espécie.
- 2 — Excluem-se do âmbito de aplicação deste diploma:

a) Os estabelecimentos de galinhas poedeiras com menos de 350 aves;

b) Os estabelecimentos de criação de galinhas poedeiras reprodutoras.

Condicionantes de bem-estar animal

Regulamento (CE) n.º 1/2005, de 22 de Dezembro de 2004;
Relativo à protecção dos animais durante o transporte dos animais e operações afins.

Aves de capoeira

Densidades aplicáveis ao transporte de aves de capoeira em contentor

Áreas mínimas de chão:

Categoria	Área em cm²
Pintos do dia	21 — 25 por pinto
Aves de capoeira que não sejam pintos do dia: peso em kg	Área em cm² por kg
< 1,6	180 — 200
1,6 a < 3	160
3 a < 5	115
> 5	105

Estes valores podem variar em função não só do peso e do tamanho das aves de capoeira, mas também do seu estado físico, das condições meteorológicas e da duração provável da viagem.